



CRÉDITO À HABITAÇÃO LUZ VERDE PARA O ABUSO

O bancos acabam de conseguir luz verde para aumentar as taxas dos *spreads* do crédito à habitação.

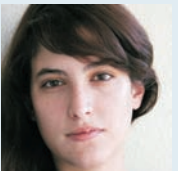
Esta medida do Banco de Portugal dá um sinal de partida para novas vagas de abusos pela banca. Esta decisão confirma a possibilidade dada aos bancos de alterarem os custos dos empréstimos dos seus clientes sem o seu consentimento. Esta prática foi denunciada pela DECO já em Setembro de 2010. Na altura, o Secretário de Estado da Defesa do Consumidor consi-

derou a cláusula “abusiva e desequilibrada”. O mesmo Secretário de Estado afirma agora a legalidade da cláusula. Para a Associação de Defesa dos Consumidores estamos perante um “volte-face” terrível e um “retrocesso nos direitos dos consumidores”, tendo em conta que a “razão atendível é um poço sem fundo”. A possibilidade de alterar as taxas e encargos devido a “variações de mercado” é um abuso. A subida dos *spreads* vem juntar-se à que já decorria da Euribor. Entretanto, o FMI impôs uma terceira punição: o desaparecimento dos apoios fiscais na compra de casa.

O BLOCO PROPÕE
- Proibição da imposição pelos bancos dos valores da taxa de juro ou outros encargos sem o acordo expresso dos compradores de casa;

- Proibição da cobrança de despesas de manutenção de conta a clientes cujo saldo médio não exceda o salário mínimo. Clientes com saldos médios elevados são habitualmente isentos dessas despesas. Não é aceitável a penalização dos mais pobres.

PRIMEIROS CANDIDATOS POR DISTRITOS

 FRANCISCO LOUÇÃ Economista LISBOA	 JOÃO SEMEDO Médico PORTO	 MARIANA AIVECA Funcionária Pública SETÚBAL	 PEDRO SOARES Prof. Universitário BRAGA	 JOSÉ MANUEL PUREZA Prof. Universitário COIMBRA	 JOSÉ GUSMÃO Economista SANTARÉM
 PEDRO FILIPE SOARES Programador Informático AVEIRO	 CECÍLIA HONÓRIO Professora FARO	 HEITOR DE SOUSA Economista LEIRIA	 LILIANA FERNANDES Professora BRAGANÇA	 PAULO CARDOSO Analista Químico PORTALEGRE	 MIGUEL SAMPAIO Livreiro ÉVORA
 DINIS CORTES Médico BEJA	 IRINA CASTRO Estudante VILA REAL	 JORGE MANUEL TEIXEIRA Professor politécnico VIANA DO CASTELO	 RUI COSTA Advogado VISEU	 ANTÓNIO BAPTISTA Gestor GUARDA	
 FERNANDO PROENÇA Professor CASTELO BRANCO	 JOSÉ CASCALHO Prof. Universitário AÇORES	 ROBERTO ALMADA Educador Social MADEIRA	 GUSTAVO BEHR Jurista FORA DA EUROPA	 CRISTINA SEMBLANO Economista EUROPA	

**COMÍCIOS
MUDAR
DE FUTURO**



30 MAIO | COIMBRA



com Francisco Louçã e José Manuel Pureza
Concerto Diabo a Sete.
TAGV, 21h30.

31 MAIO | BARREIRO

com Francisco Louçã, Mariana Aiveca e Fernando Rosas.
Os Franceses, 21h30

1 JUNHO | BRAGA



com Francisco Louçã e Pedro Soares.
Concerto com Uxu Kalhus.
Avenida Central, 21h30

2 JUNHO | AVEIRO

com Francisco Louçã e Pedro Filipe Soares.
Sta. Maria da Feira, Cine Teatro António Lamoso, 21h30

3 JUNHO | PORTO

com Francisco Louçã e João Semedo.
Coliseu, 21h30

**5 JUNHO
TENS
ESCOLHA**

VOTA
 

BLOCO

ESQUERDA.NET | LEGISLATIVAS 5 JUNHO 2011



JUSTIÇA



TEMOS ESCOLHA. VOTA

NESTAS ELEIÇÕES FAZ-SE UMA ESCOLHA ESSENCIAL.

Para sair da crise, é preciso inverter prioridades e começar a pagar a dívida social: mais de dois milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Em vez de medidas que empobrecem a população, há que aumentar o valor das pensões mínimas para quem já passou tantos anos de dificuldades.

POLÍTICA ECONÓMICA PARA O EMPREGO E O CRESCIMENTO.

É preciso garantir que os recursos do Estado são bem aplicados. Por exemplo, fazendo o inventário das despesas inúteis e combatendo o desperdício dos dinheiros públicos. E devemos recusar pagar o que não devemos, através duma auditoria à dívida externa que permita separar o trigo do joio.

QUEM LUCROU COM A CRISE TEM DE COMEÇAR A PAGAR.

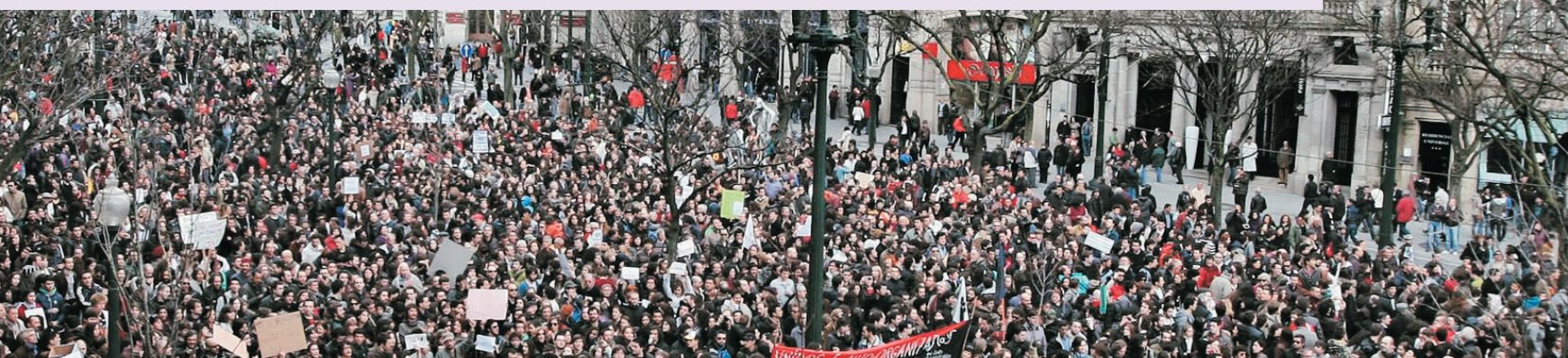
Só um governo de esquerda pode acabar com a fuga aos impostos e a evasão para os paraísos fiscais. Só um governo de esquerda pode impor a renegociação das parcerias público-privadas que estão a arruinar o país com rendas e indemnizações perpétuas aos grandes grupos financeiros.

O BLOCO DE ESQUERDA PROPÕE MEDIDAS CONCRETAS.

É possível equilibrar as contas públicas, protegendo salários e pensões e financiando a saúde e a educação. Se o dinheiro existe, os sacrifícios não podem ser só para quem trabalha. Se queremos deixar de ser um país à rasca, precisamos de um governo de coragem, apoiado na vontade do povo.

Bruxelas e o FMI não decidem pelo povo.

Ninguém está condenado a votar contra si próprio.



VAMOS MUDAR DE FUTURO.



PS, PSD, CDS - os três partidos da troika - atacam-se muito nesta campanha, mas assinaram o mesmo programa para depois das eleições. Esse programa chama-se Memorando do FMI e anuncia mais 100 mil desempregados e recessão económica em 2011 e 2012.

O BLOCO DE ESQUERDA propõe a renegociação da dívida. São cada vez mais as vozes a reconhecer que essa é a mais urgente das medidas a tomar. Conheça aqui a alternativa a cada ataque preparado pela aliança FMI.



5 DE JUNHO TEMOS ESCOLHA



Os três partidos da troika aceitam reduzir a contribuição das empresas para a Segurança Social, compensando essa perda com aumentos de impostos.

DEFENDER A SEGURANÇA SOCIAL

O Bloco defende que as empresas devem continuar a contribuir para a Segurança Social, ponderando o critério actual (número de trabalhadores) com a criação de valor, beneficia as empresas que criam mais emprego. As grandes fortunas também devem contribuir com um imposto especial.

 **Connosco, as pensões são protegidas e os contribuintes não pagam favores às grandes empresas.**



Os três partidos da troika aceitam que a contrapartida do resgate seja a queda do produto em 2011 e em 2012 e pelo menos 800 mil desempregados no fim desse período.

INVESTIMENTO PÚBLICO PARA O EMPREGO

A correcção do défice deve ser prolongada até 2016 de modo a garantir que os Orçamentos tenham folga para o investimento. Investir onde? Num programa de reabilitação urbana e eficiência energética, que cria 60 mil novos empregos. Na modernização das redes de energia, no mundo rural, na preservação dos recursos naturais, no apoio à infância e à terceira idade.

 **Connosco, o emprego faz parte da solução.**



Os três partidos da troika defendem o maior programa de privatizações de sempre.

PARAR AS PRIVATIZAÇÕES

O Bloco é contrário a este programa, que vende as posições do Estado em sectores estratégicos, como é o caso da água, da electricidade, da energia e dos CTT, o último elo das aldeias esquecidas com serviços e apoios essenciais. Pior ainda, o Estado vende tudo a preço de saldo.

 **Connosco, o sector público é essencial para sair da crise.**

Os três partidos da troika aceitaram facilitar os despedimentos e diminuir a duração e o valor do subsídio de desemprego.

ENFRENTAR A PRECARIIDADE

O Bloco quer diminuir a precariedade; queremos o fim dos falsos recibos verdes e dos estágios não remunerados, começando pela administração pública; queremos protecção social para todos os bolseiros; defendemos o limite de um ano para a contratação a prazo e que a actividade sazonal ou pontual não impeça o acesso ao subsídio de desemprego nos meses sem trabalho.

 **O futuro não pode ser ainda mais inseguro que o presente.**



Os três partidos da troika são favoráveis ao apoio do Estado aos bancos privados, mas não dizem uma palavra sobre justiça fiscal.

APOIO À PRODUÇÃO

O Bloco quer canalizar para a Caixa Geral de Depósitos os apoios previstos para a banca privada, de modo a que o banco público imponha uma política de crédito em favor das PME's que criam emprego, do sector exportador e da substituição de importações no domínio da energia e nos alimentos. Defendemos ainda uma política fiscal que apoie a criação de emprego.

 **Connosco, os apoios têm um critério: o emprego.**



RAZÕES PARA RENEGOCIAR A DÍVIDA

Os três partidos da troika assinaram o resgate duas semanas antes de conhecerem o seu preço. Agora sabe-se qual é: 5.1 % de juros por ano, 30 mil milhões de euros no total. Esta taxa é impagável. Deve ser renegociada antes que seja tarde. Prazos de pagamento alargados, juros comportáveis e condições de cumprimento de acordo com a recuperação económica.

01 APRENDER COM O EXEMPLO DA GRÉCIA

Depois de um ano sob intervenção do FMI, a Grécia piorou. A dívida, o défice, o desemprego - todas as dificuldades da economia são maiores que antes. A primeira razão para renegociar a dívida é proteger a economia. Renegociar agora é muito melhor, porque o país ainda tem força. A Grécia, desesperada, está a começar a renegociar, mas em condições muito piores do que há um ano.

02 AUDITORIA PARA CONHECER A DÍVIDA

A proposta da auditoria criou um imenso clamor, juntando Passos Coelho, José Sócrates e Paulo Portas. Para eles, pagamos tudo o que nos mandarem, com os juros que nos impuserem. A dívida que mais cresceu é privada (dos bancos portugueses ao estrangeiro) e não é a do Estado. Apesar disso, a dívida pública é imensa, aumentou 100 mil milhões de euros numa década, mas ainda não sabemos para onde foi o dinheiro.

03 COMBATER O CALOTE CONTRA OS POBRES.

A renegociação da dívida protege os salários, protege o Estado Social, traz responsabilidade. O calote que está a ser imposto em Portugal é o calote dos salários cortados e das pensões congeladas. A esquerda levanta-se contra o calote em nome da dignidade de um país que paga o que tem a pagar, que luta pelos seus, que quer uma economia decente e com emprego.

04 GARANTIR O RIGOR NO SISTEMA FINANCEIRO

Vários bancos privados anunciaram pedir garantia do Estado para empréstimo. Se este aval for accionado (ou seja, se o banco pregar um calote), o Estado torna-se accionista desses bancos, o que significa a nacionalização dos seus prejuízos. A garantia que o governo oferece corresponde a 17 BPNs. É preciso renegociar a dívida para exigir responsabilidades a quem preferiu receber dividendos em vez de manter bancos sólidos.



Os três partidos da troika querem diminuir o défice do Estado congelando salários e pensões e cortando nas despesas sociais e de investimento.

CONTAS CERTAS

O Bloco enfrenta o défice sem impedir o crescimento. Com a renegociação, diminuímos o preço da dívida nos orçamentos; impondo um tecto máximo de vencimento no sector público, poupamos; cancelando as PPPs em fase de preparação, renegociando as existentes e diminuindo radicalmente consultorias externas.

 **Atacamos a "gordura do Estado", mas é por cima que se começa.**



Os três partidos da troika acompanham as ideias da senhora Merkel e de Durão Barroso, que querem adiar a idade da reforma para 67 anos.

JUSTIÇA PARA QUEM TRABALHOU

O Bloco, pelo contrário, defende que o direito à reforma completa ocorra ao fim de 40 anos de descontos, a começar por quem trabalha desde a infância. Esta medida respeita quem trabalhou uma vida e acelera a melhoria das qualificações do trabalho.

 **Connosco, há um contrato entre gerações.**



Os três partidos da troika aceitaram que 85% do empréstimo se destine aos bancos europeus e nacionais. Quem os garante são os nossos impostos.

FUNDO NACIONAL DE RESGATE

O Bloco defende que a dívida, depois de renegociada, seja garantida por um fundo de resgate financiado por uma taxa sobre as operações bolsistas, outra sobre as transferências para paraísos fiscais e ainda por um imposto anti-corrupção sobre as mais-valias urbanísticas.

 **Connosco, o contribuinte é poupado a uma dívida que não criou.**



Os três partidos da troika romperam o acordo sobre o salário mínimo, admitem aumentos na electricidade de 17% e cortam direitos sociais a oito.

DEFENDER O PODER DE COMPRA

O Bloco defende um salário mínimo de 600 euros até 2013 e a reposição dos apoios sociais cortados. As pensões devem ser revalorizadas, pondo fim ao congelamento. As famílias mais vulneráveis e com membros no desemprego devem ter garantia de acesso a água e electricidade.

 **Connosco, os mais pobres não valem menos que os credores.**